

O “BRASIL DE BOLSONARO”: RACISMO, MACHISMO E LGBTQIA+FOBIA

MARCOS OLIVEIRA DE NOVAES¹

ANA CLÁUDIA LEMOS PACHECO²

RESUMO

O “Brasil de Bolsonaro” é um país que dissemina ódio aos grupos minoritários, por meio de narrativas que incitam a violência contra mulheres, negros(as), indígenas e pessoas LGBTQIA+. O presente artigo vem debater como o etnocentrismo colonial presente nas narrativas do Presidente Jair Messias Bolsonaro acaba por produzir mortes de subjetividades, “culturas” e corpos dissidentes, que transgridem a norma “culturalmente” estabelecida, ou seja, a “cultura” do homem branco, cisgênero, hétero e cristão. O debate apresenta alguns discursos recentes do Presidente, direcionados as mulheres, pessoas LGBTQIA+, negros(as) e indígenas. Percebeu-se que as narrativas de Bolsonaro se mostraram extremamente machistas, LGBTQIA+fóbicas e racistas, sustentadas por um etnocentrismo colonial, que apregoa uma política de aversão às diferenças e produz violência e morte.

Palavras-chave: Etnocentrismo; Racismo; Machismo; LGBTQIA+fobia; Bolsonaro

ABSTRACT

“Brasil de Bolsonaro” is a country that spreads hatred towards minority groups, through narratives that incite violence against women, blacks, indigenous peoples and LGBTQIA+ people. This article discusses how the colonial ethnocentrism present in the narratives of President Jair Messias Bolsonaro ends up producing deaths of subjectivities, “cultures” and dissident bodies, which transgress the norm “culturally” established, that is, the “culture” of the white man, cisgender, straight and Christian. The debate features some recent speeches by the President, aimed at women, LGBTQIA+, black and indigenous people. It was noticed that Bolsonaro’s narratives proved to be extremely sexist, LGBTQIA+phobic and racist, supported by a colonial ethnocentrism, which preaches a policy of aversion to differences and produces violence and death.

Keywords: Ethnocentrism; Racism; Machismo; LGBTQIA+fobia; Bolsonaro

QUE PAÍS É ESSE?

Os discursos de ódio, a violência psicológica e os assassinatos de pessoas LGBTQIA+, negros(as), mulheres e indígenas não são de agora, heranças de um processo de colonização que não se encerrou. Atualmente, o bolsonarismo é a ideologia política que insiste em dominar, conquistar e controlar territórios, corpos e subjetividades, alicerçado em uma perspectiva ultraconservadora, definido como:

Um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo. Tal visão ganhou bastante força nesta última década em várias partes do mundo, se

¹ Psicólogo. Aluno regular do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – PPGREC, em nível mestrado, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB-Jequié. E-mail: marcosoliveidadenovais@hotmail.com.

² Professora Titular de Sociologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus- I, Salvador) e Professora Permanente do Mestrado acadêmico de Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié, Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa CANDACES: gênero, raça, cultura & sociedade da UNEB, certificado pelo CNPq. E-mail: ana_pachecau@hotmail.com.

alimentando da crise da representação e da descrença generalizada na política e nos partidos tradicionais. No Brasil, ela iria encontrar a sua personificação no ex-capitão e em seu estilo de fazer política, calcado na lógica do 'contra tudo que está aí', apesar de ele mesmo ser parte do establishment político desde 1988, quando disputou e venceu sua primeira eleição (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 19).

Mas quais são esses valores tradicionais? Ora, os valores do cristianismo, que ficou explícito durante a campanha de 2018, a começar pelo *slogan* utilizado "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". Tendo como base os princípios morais do cristianismo, o bolsonarismo se opõe a tudo que foge dos preceitos morais e éticos cristãos, classificando atitudes, pessoas, corpos, ideologias, raças e etnias divergentes como: imorais, pecaminosas, criminosas, antinaturais e desviantes.

Por meio do discurso de ódio, que para Brugger (2007, p. 151), está ligado à utilização de palavras "que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião", os sujeitos "desviantes", segundo a perspectiva bolsonarista, são atacados, discurso que potencializa a repulsa, patologização, desprezo, violência e criminalização destas pessoas, agressões apoiadas em uma conjectura, misógina, sexista, machista, racista e patriarcal.

Meyer-Pflug (2009, p. 97), define discurso de ódio como: "ideias que incitem a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias". Minorias sem uma representatividade política, basta analisarmos a composição da Câmara dos Deputados Federais que em 2018, dos(as) 513 deputados(as) eleitos(as), 436 foram do gênero masculino e apenas 77 do gênero feminino. Já no quesito raça, dos(as) 513 eleitos(as) em 2018, 385 se autodeclararam brancos(as), 104 pardos(as), 21 pretos(as), 2 amarelos(as) e apenas 1 indígena (BRASIL/TSE 2018).

A ascensão do bolsonarismo se deu devido ao grande apoio de pastores evangélicos e políticos brasileiros. A bancada evangélica, composta por 195 deputados(as) (CAMARA DO DEPUTADOS, 2019), é um grupo que em muitos de seus Projetos de Lei utilizam a justificativa de estarem alinhados com os valores cristãos, que não são universais, atacando assim a constituição que prevê um Estado laico.

Os discursos de ódio – emitidos por Bolsonaro – que aqui serão analisados, são formulados segundo uma perspectiva cis-hétero-branca-cristã, que assola os grupos minoritários – mulheres, LGBTQIA+, negros(as) e indígenas – que não são

representados segundo este panorama, marca de um colonialismo que se apoia neste novo movimento ultraconservador, denominado de bolsonarismo.

O RACISMO

O Brasil foi o último país das Américas a “abolir” a escravização, responsável pelo sequestro de aproximadamente seis milhões de negros(as) da África subsaariana (REIS; GOMES, 2005). A terrível herança da escravização perdura até os dias atuais, a população negra é a principal vítima de homicídio no Brasil, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, de 2012 a 2017, 255 mil pessoas negras foram assassinadas no Brasil, sendo que essa população tem 2,7 mais chances de ser vítima de assassinato do que os brancos (IBGE, 2019).

Em 20 de novembro de 2020, dia após o assassinato de João Alberto de Freitas, um homem negro, que foi morto em um supermercado da rede Carrefour, o Presidente Bolsonaro se manifestou em uma rede social (*twitter*) dizendo: “Não existe uma cor de pele melhor do que as outras. Existem homens bons e homens maus. São nossas escolhas e valores que fazem a diferença” (G1, 21/11/2020). O mito da democracia racial paira no imaginário de Bolsonaro.

Em uma entrevista no ano de 2017, quando questionado sobre o papel dos brancos na escravização dos negros, o então Deputado Federal, Jair Bolsonaro, respondeu o seguinte:

Foi uma outra época... então essa questão de racismo no Brasil, eu vou na linha do Morgan Freeman – ator, produtor, narrador e cineasta estadunidense negro – quando ele falou né, como é que você combate o racismo? Não tocando no assunto. É a minha resposta pra você agora aqui, é não discutindo este assunto. Repórter: o senhor prefere não discutir? Bolsonaro: não tem o que discutir, cada um tem seu entendimento sobre esse assunto. Isso é passado. Eu sou contra cotas raciais no Brasil (ESTADÃO, 2017).

Negar a existência do racismo no Brasil, é um uma fantasia que “ofusca a realidade do racismo, o mito da democracia racial é também um discurso moral que afirma que o racismo é nocivo, desnatural e contrário a brasilidade” (SHERIFF, 1993, p.5). A hipotética democracia racial é uma estratégia política, que prega a ideia de uma pátria imaculada e uma forma de não entrar em contato comum passado de injustiças, violência e morte.

O sujeito negro, desperta no inconsciente branco, “verdades” aterrorizantes, que ele tenta reprimir, como descreve Grada Kilomba:

O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo. No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto ‘ruim’, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa (KILOMBA, 2019, p. 37).

Assim sendo, Bolsonaro teme entrar em contato com uma história de barbárie proveniente de sua raça, tenta reprimir esse histórico sombrio, por meio da repressão. A essência da repressão, segundo Freud, “encontra-se simplesmente em afastar algo e mantê-lo à distância do consciente” (FREUD, 1923, p. 17). Desta forma, a repressão aparece como um mecanismo de defesa, no qual pretende esconder, apagar o indesejável, a verdade que confronta o sujeito branco, uma história de tortura e assassinato que não pode tornar-se consciente.

MULHERES, LGBTQIA+ E INDÍGENAS

Em abril de 2019, Bolsonaro afirmou que “o Brasil não pode ser o paraíso do mundo gay” e “quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade” (O POVO ONLINE, 2020). Ao dizer que o país não é um paraíso gay e ao “convidar” turistas para fazerem sexo com as brasileiras, o presidente reforça traços diacríticos de oposição à homossexualidade, além de incentivar o assédio às mulheres brasileiras.

A norma cis-hétero-branca-cristã empregada pelo discurso de Bolsonaro, vai de encontro a teoria *queer*, uma vez que “*queer*”:

É estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante- homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, p. 07-08).

A ideia de que o Brasil pudesse se tornar o paraíso do mundo gay demonstra mais uma vez o medo e a aversão que o Outro – gays – gera. Assim, o rebaixamento das sexualidades dissidentes, cria uma dicotomia entre o humano e não-humano,

tida como anti-civilizatória, visto que “o homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão” (LUGONES, 2014, p. 936). Os discursos de ódio fazem do Outro um transgressor, imoral, pecador, doentio, e muitas das vezes essas narrativas são materializadas em agressões psicológicas e físicas, que em alguns casos levam a morte.

A abjeção das mulheres no discurso do Presidente ao “dar passe livre” para turistas virem fazer sexo com as brasileiras é uma violência absurda que objetifica essa categoria, como destaca Brittan e Maynard, “a dominação sempre envolve a objetificação do dominado; todas as formas de opressão implicam a desvalorização da subjetividade do oprimido” (BRITTAN; MAYNARD, 1984, p. 199).

A ideia colonial de dominação dos corpos das mulheres, perpassa pela perspectiva de corpo como campo político de dominação, por meio das relações de poder, como afirmou Foucault:

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais (FOUCAULT, 1999, p. 28-29).

O discurso de Bolsonaro, ao “abrir caminho” para os turistas “ficarem à vontade para fazer sexo com as brasileiras”, é um pensamento colonial de dominação, controle e poder sobre o corpo do Outro. O “Brasil colônia” propagandeado por Bolsonaro, reforça a abjeção dos corpos, uma vez que “as condutas dos(as) colonizados(as) e suas personalidades/almas eram julgadas como bestiais e portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas” (LUGONES, 2014, p. 936-937). Os discursos do Presidente remetem a um projeto de colonização operado por uma ideologia cis-hétero-branca-cristã, que deseja invadir e controlar os corpos.

O machismo, sexismo e a LGBTQIA+fobia presentes nos discursos de Bolsonaro, são reflexos de um desejo de colonizar os corpos por meio de uma ideia de civilidade que distingue humanos e não-humanos. Assim, a norma cis-hétero-branca-cristã empregada nos discursos de Bolsonaro, se aproxima do que Lugones, chama de “uma missão civilizatória” colonial, na qual:

Era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático (por exemplo, alimentando cachorros com pessoas vivas

e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas) (LUGONES, 2014).

A desumanização dos índios, que também é empregada pela “missão civilizatória” igualmente se faz presente no discurso de Bolsonaro. Em janeiro de 2020, por meio um vídeo transmitido em uma rede social, o Presidente disse: “O índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós. Então, vamos fazer com que o índio se integre à sociedade e seja realmente dono da sua terra indígena, isso é o que a gente quer aqui” (G1, 24/01/2020). A ideia racista do presidente, descreve o quanto os indígenas ainda são vistos como selvagens, seres inferiores, enquadrando-os na categoria de não humanos, formulando uma dicotomia cruel:

A hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano com a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão (LUGONES, 2014, p. 936).

A classificação dos indígenas empregadas por Bolsonaro está ligada a uma necropolítica (MBEMBE, 2018) que é empregada pela mentalidade colonial, numa dicotomia que classifica os sujeitos em homens ou bichos, civilizados ou selvagens, assim como ocorreu na escravização do povo negro. Desta forma os “homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino” (COLLINS 2016, p. 105).

No “Brasil de Bolsonaro”, os grupos sulbaternizados, aqueles que segundo Spivac (2000) são rebaixados, excluídos, com pouca ou nenhuma representatividade – mulheres, negros(as), índios(as) e LGBTQIA+ – são objetificados, são coisas sem importância. Patricia Hill Collins (2016, p. 106), assinala que: “tanto ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os “Outros” – como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana”. Uma política de aniquilamento dos sujeitos que subvertem a norma cis-hétero-branca-cristã está presente no Brasil, dirigida pelo

seu maior líder, o Presidente da República, que é a favor do regime militar, período marcado pela opressão das minorias aqui citadas.

ETNOCENTRISMO COLONIAL PERVERSO

Os discursos machistas, LGBTQIA+fóbicos e racistas empregados por Bolsonaro, demonstram um etnocentrismo colonial perverso, onde a “cultura” do patriarcado, da heteronormatividade e da hegemonia branca continuam a matar e escravizar as minorias, dados assustadores demonstram isso: Em 2019, 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%)” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019, p. 12); no ano de 2018, “os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020, p. 47); “uma mulher é morta a cada duas horas vítima da violência” (PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO, NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA USP E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Segundo Lévi-Strauss, o etnocentrismo:

Consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais: morais, religiosas, sociais, estéticas, que são as mais afastadas daquelas com as quais nos identificamos. “Hábitos de selvagens”, “na minha terra é diferente”, “não se deveria permitir isso”, etc, tantas reações grosseiras que traduzem esse mesmo calafrio, essa mesma repulsa diante de maneiras de viver, crer, ou pensar que nos são estranhas. (LÉVISTRAUSS, 1976, p. 334).

O autor cita a aversão e preconceito para com os “diferentes”, assim como ocorre nos discursos de Bolsonaro. Esse etnocentrismo perverso desencadeia duas formas de opressão: o etnocídio e o genocídio.

O etnocídio é, portanto, a destruição sistemática de modos de vida e de pensamento de pessoas diferentes daquelas que conduzem a empresa de destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo e o etnocídio os mata em seu espírito. Em outro caso trata-se de morte, mas de uma morte diferente (CLASTRES, 1982, p. 54).

O resultado desse etnocentrismo colonial é a morte, que são potencializadas pelas narrativas que aniquilam subjetividades e corpos por meio da imposição de uma “cultura” cis-hétero-branca-cristã. Essas narrativas etnocêntricas podem ser entendidas a partir de Carvalho ao conceituar a origem do etnocentrismo:

O etnocentrismo origina e tem origem na "heterofobia" (o Outro - em suas diversas formas: primitivo, selvagem, louco, imaturo, homossexual, "homens de cor", crianças problemáticas, fascistas, baderneiros, "hippies", "mulheres de vida fácil", hereges etc. - constitui "perigo" que deve ser exterminado) (CARVALHO, 1997, p. 182).

O "Outro" é aquele que Bolsonaro teme, e por isso, menospreza, insulta e por meio dos seus discursos de ódio, – como vimos nos conceitos de etnocídio e genocídio – mata. Ora, aquele que deveria ser o guardião e fazer valer a Constituição Federal, espalha ódio contra as minorias, assassinando subjetividades e corpos que rasuram a "cultura" cis-hétero-branca-cristã.

Vivemos tempos difíceis, como cita Mary Garcia Castro (2018, p. 98):

Mais que disputas discursivas sobre paradigmas, reitero, estes são tempos de ataques ao pensar criticamente, simplificar o complexo, então há que tecer junto com conhecimentos nativos, saberes que colaborem para melhor compreensão de relações étnicas, e outras, relações sociais no cotidiano entre diferentes. [...] no caso de estudos de relações étnicas o desafio é maior, discutindo linguagens, resistências no plano de culturas singulares, inclusive "imaginadas" que façam fronteiras ou negociem com aquelas com poder hegemônico, colonial ou pós colonial, investindo no desafio de identificar a propriedade do estudo de relações étnicas na contemporaneidade, além dos assentados para comunidades ditas tradicionais.

Estamos vivenciando um momento extremamente delicado em nossa história, com a crescente do conservadorismo no Brasil, os efeitos do etnocentrismo colonial têm se intensificado, por meio dos ataques aos(as) negros(as), mulheres, pessoas LGBTQIA+ e indígenas. Como afirmou Mary Garcia, os estudos das relações étnicas são importantes por resistir ao poder hegemônico colonial, que assola os grupos minoritários, objetificando-os e desumanizando-os.

PARA NÃO ENCERRAR O DEBATE

Os estudos étnicos e decoloniais contribuem para a problematização e entendimento de discursos como os de Bolsonaro, que promovem ataques aos grupos minoritários, discursos esses sustentados por perspectiva colonial de docilização, controle e morte de corpos que são tidos como desviantes, antinaturais, doentes, loucos, criminosos, perversos. Tais discussões como as deste artigo, só reforçam a importância dos estudos decoloniais atrelados ao campo da etnicidade, ainda mais no que se refere ao "Brasil de Bolsonaro", país que nunca esteve tão odioso, violento e mortal. O Brasil nunca foi o país das igualdades raciais,

de gênero, sexualidades, etnias e religiões, mas sem sombra de dúvidas, o “Brasil de Bolsonaro” vem potencializando as desigualdades, a LGBTQIA+fobia, o racismo, o sexismo, a etnofobia e tantas outras formas de violência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Câmara dos deputados**. Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>.

Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**, 2019, n. 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

Acesso em: 29/04/2021.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Atlas da violência 2020**. Acesso em: 07/03/2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. **Estatísticas Eleitorais 2018**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRITAN, Arthur; MAYNARD, Mary. **Sexism, racism and oppression**. New York: BasilBlackwell, 1984.

BRUGGER, Winfreid, Proibição ou Proteção do Discurso do ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Direito Público**. V.1, n1 (julset, 2003) Porto Alegre: Síntese: Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, 2005- v.4, n. 15,5 x 22,5 cm p. 134.

CARNEIRO DA CUNHA, **Manuela Cultura com aspas e outros ensaios**. UBU Editora. São Paulo, 2017.

CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 181-186, Ago. 1997. Acesso em: 07/03/2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432831997000200014&lng=en&nrm=iso.

CASTRO, M. G. (2018). **Gênero e etnicidade**: Conhecimentos de urgência em tempos de barbárie. **ODEERE**, 3(6), 81-101. <https://doi.org/10.22481/odeere.v3i6.4239>

CLASTRES. **Arqueologia da violência**: ensaio de antropologia política. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, pág. 99-127, abril de 2016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de abril de 2021.

ESTADÃO. **Bolsonaro fala em culpa dos negros no racismo**. Canal Estadão, 2017. Vídeo (8 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DXg8dfynO2s>. Acesso em: 15/04/2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 20ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FREIXO, A.; Pinheiro-Machado, R. (2019). "Introdução: Dias de um futuro (quase esquecido): um país em transe, a democracia em colapso", in Freixo, A.; Pinheiro-Machado, R. (orgs.) **Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL – 2019**. relatórios anuais de mortes LGBTI+. Acesso em 07/03/2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>.

HASENBALG, C. A. (1996). **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal; Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora = UFMG/Iuperj/Ucam.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, p. 328-330.

LOURO, G. L. Teoria Queer: uma perspectiva pós-identitária para a Educação. **Revista de Estudos Feministas** 9(2): 541-553. 2001.

LOURO, G. L. **UM CORPO ESTRANHO**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, pág. 935-952, dezembro de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2014000300013&lng=en&nrm=iso>. acesso em 30 de abril de 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

O POVO ONLINE. **Bolsonaro é alvo de ação civil pública por falas discriminatórias sobre mulheres**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2020/08/11/bolsonaro-e-alvo-de-acao-por-falas-sobre-mulheres.html>. Acesso em: 03/03/2021.

OLIVEIRA CARDOSO de Roberto "Reconsiderando etnia" in **Sociedade e Cultura**, vol. 2, julho-dezembro, 2003-p133-147, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.; 147).

PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO, NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA USP E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **No Brasil, uma mulher é morta a cada duas horas vítima da violência**, 2019. Acesso em: 01/03/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>.

PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. **Bolsonaro fala sobre violência, mas não cita caso de João Alberto**. G1, 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/21/bolsonaro-fala-sobre-violencia-mas-nao-cita-caso-de-joao-alberto.ghtml>. Acesso em: 11/03/2021.

PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. **Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós', diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais**. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 14 jan. 2021.

REIS, J. J. GOMES, F. dos S. (2005). Introdução: Uma história de Liberdade. In J.J. Reis, & F. dos S. Gomes (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil, (pp.9-25). São Paulo: Companhia das Letras.

SHERIFF, R., 1993. **Woman/slave/saint**: A parable of race, resistance and resignation from. Rio de Janeiro, Brasil. Manuscrito inédito.